

Atribuição BB CY 4.0

COLÔNIA AGRÍCOLA DE S. BERNARDINO (1912-1918) EM PORTUGAL: ESCOLA DE REEDUCAÇÃO/REGENERAÇÃO DE JOVENS 'ANORMAIS' OU COM DIVERSOS PROBLEMAS

Ernesto Candeias Martins¹

Resumo

Trata-se de um estudo histórico-descritivo sobre Colónia Agrícola de S. Bernardino (1912-18), dependente da Casa Pia de Lisboa, coincidente com a 1.^a República portuguesa (1910-26), com regime de internato, que deu início à educação especial em Portugal. Foi uma instituição pioneira para rapazes ‘anormais’, reeducando-os e regenerando-os e criando-lhes um ambiente e estrutura de governação que os afastava do ambiente de Lisboa. Sendo uma pesquisa historiográfica, com análise hermenêutica ao conteúdo das fontes (primárias e secundárias) manuseadas no Arquivo Histórico Casa Pia -Centro Cultural Cassapiano. Os cinco pontos estrutura do texto articulam-se com os objetivos propostos: contextualizar historicamente Colónia como escola/laboratório no tratamento (médico-pedagógico, terapêutico) aos ‘anormais’; analisar a estrutura organizativa da instrução ministrada; compreender pedagogia pelo trabalho na reeducação e regeneração dos rapazes anormais; analisar a normatização da disciplina no ambiente institucional com o papel do jornal *O Agricultor* (1913-18) na divulgação da Colónia e educação especial.

¹ Doutor em Ciências da Educação, com Título de Agregação à Universidade, na área da Educação /H.^a da Educação Social, docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (Portugal) e investigador do CeIED da ULHT de Lisboa. Email: ernesto@ipcb.pt

Palavras-chave

Jovens anormais; Colónia Agrícola de S. Bernardino; Reeducação pelo trabalho; Regeneração; Tratamento médico-pedagógico.

Recebido em: 03/10/2022
Aprovado em: 22/02/2023

283

AGRICULTURAL COLONY OF S. BERNARDINO (1912-1918) IN PORTUGAL: SCHOOL OF RE- EDUCATION/REGENERATION OF YOUNG PEOPLE 'ABNORMAL' OR WITH VARIOUS PROBLEMS

Abstract

This is a descriptive historical study on The Agricultural Colony of S. Bernardino (1912-18), dependent on Casa Pia of Lisbon, which coincident with the 1st Portuguese Republic (1910-26), with boarding school regime, which initiated special education in Portugal. It was a pioneering institution for 'abnormal' boys, re-educating and regenerating them and creating an environment and governance structure that kept them away from the Lisbon environment. Being a historiographical research, with hermeneutic analysis to the content of the sources (primary and secondary) handled in the Historical Archive Casa Pia - Centro Cultural Cassapiano. The five points structure of the text are articulated with the proposed objectives: to contextualize Cologne historically as a school/laboratory in the treatment (medical-pedagogical, therapeutic) to the 'abnormal'; to analyze the organizational structure of the instruction given; understand pedagogy through work in the re-education and regeneration of abnormal boys; to analyze the standardization of discipline in the institutional environment with the role of the newspaper The Farmer (1913-18) in the dissemination of the Colony and special education..

284

Keywords

Abnormal youth; Agricultural Colony of S. Bernardino; Re-education for work; Regeneration; Medical-pedagogical treatment.

Introdução

285

A instituição de normas para Foucault (2003) provém do modelo disciplinar hegemónico da modernidade, identificando as diferenças entre os indivíduos para poder dominá-los ou domesticá-los, ou seja, convertê-los em ‘corpos dóceis’, dentro da regras vigentes. A sociedade desejava sujeitos que se sentissem felizes quando integrados como normais, submissos à governação e tendo no direito o suporte da observância desses processos de normalização (FOUCAULT, 1999). A burocratização do Estado, a alfabetização e secularização permitiram a transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, com processos de mudança que fizeram as instituições, como a família, a escola e a assistência e a saúde (corpo, higiene) se convertessem em agentes de normalização dos sujeitos, procurando que fossem ‘corpos funcionais’ ao sistema social. Paralelamente, as crianças/jovens com anormalidades, provocadas pelas várias condições e conflitos sociais que manifestavam, eram submetidas à detenção (prisional) e a medidas de correção/regeneração, no início do séc. XX (FERREIRA, 2000). Ora, estes menores (terminologia jurídica relacionada com a idade de imputação) com comportamentos de desviação social e anormalidades preocuparam os reformadores sociais, a opinião pública, os políticos e a imprensa da época, assim como as várias ciências, cujos contributos versavam o estudo científico da criança/adolescência (FONSECA, 1930). Assim, a conceptualização dessa anormalidade, segundo M. Foucault (2018), relacionava-se com os mecanismos do poder, que impunha o internamento (correcional) e medidas (sociojurídicas) suportadas nos contributos científicos, com intuito de orientar esses menores com ações políticas e sociais.

Neste sentido surgem diversas medidas, serviços e/ou dispositivos, por exemplo de: índole assistencial e educativo em internamento (asilo-escola, orfanatos, casas de correção, colónias correcionais, etc.); índole jurídico-social (legislação) para o tratamento correcional indicado nos Códigos Penais de oitocentos e, depois a Lei de Proteção à Infância – LPI de 27/05/1911 (PORTUGAL, 1911); índole médico-pedagógico e psicopedagógico no diagnóstico, despistagem, observação e intervenção com menores em perigo moral, anormais (problemas mentais), indisciplinadas e delinquentes, provenientes de famílias desfavorecidas, vulneráveis socioeconomicamente ou em exclusão social (OLIVEIRA, 1929). Esta mudança de atitude na sociedade

originou políticas sociais e discursos de proteção, prevenção, assistência-educativa, correção e/ou reeducação nos menores, apesar de desfasados nas práticas institucionais (SILVA, 1995).

A nossa pesquisa é histórico-descritiva recorrendo à análise documental sobre a temática e, principalmente abordando o papel da Colónia Agrícola de São Bernardino (1912-1918) - Atouguia da Baleia (Peniche), em regime de internato e na dependência da Casa Pia de Lisboa, na missão de reeducar/regenerar jovens anormais provenientes da capital. Esta instituição, pioneira da educação especial em Portugal, acolhia rapazes que não se adaptavam às normas estabelecidas da sociedade, já que apresentavam no dizer de V. Fontes (1933, p. 28) “deficiência funcional (física ou psíquica), reage aos estímulos exteriores de uma maneira diversa daquela que em regra se nota na maioria das crianças” e, por isso eram resgatadas “à vida miserável da capital daqueles que, por suas condições, não poderiam aí alcançar uma situação desafogada” (SILVA, 1917, nº 48, p. 2). Ou seja, devido às suas deficiências, incompetência moral e cognitiva iam para a Colónia para que sob a influência do campo e da aprendizagem oficial se regenerassem, tornando-se ‘dóceis’ e úteis à sociedade, ganhando o seu sustento. Esses internados podiam não sofrer de doenças contagiosas, mas os sintomas nos seus corpos davam-lhes o rótulo de ‘anormal’, ao afastarem-se das normas. Tratavam-se de menores anormais sociais (abandonados, delinquentes, indisciplinados), provenientes das Tutorias de Infância e dos Refúgios anexos, fruto da influência do meio envolvente e da má educação ou por falta dela, que no dizer de V. Fontes (1933, p. 34) “quando colocados em meios regulares e ao fim de um certo tempo, comportam-se como é corrente e atingem a normalidade”. Em geral, estes menores anormais segundo a legislação de proteção da época, eram internados em reformatórios ou colónias correcionais (OLIVEIRA, 1929).

Embasmamos o nosso estudo historiográfico nas ‘memórias subterrâneas’ de menores institucionalizados, ditos ‘anormais’ que, fazendo parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, permite no recurso às fontes manuseadas gerar uma empatia com esses ‘sujeitos dominados’, reabilitando-os dessa periferia e marginalidade, já que, no dizer de M. Pollak (1989, p. 5), a “(...) memória subterrânea favorecida, quando não suscitada, por uma política de reformas” ou o seu silêncio na História e “fora de suas redes de sociabilidade, mostrando as dificuldades de integrar suas lembranças na memória coletiva da nação”. Tudo isto exige a superação da sua exclusão historiográfica e restabelecer

a sua ‘memória enquadrada’ na História da Educação Social, tal como refere Henry Rousso (op. cit. POLLAK, 1989, p. 7). O trabalho de enquadramento da memória desta instituição de menores ‘anormais’ se alimenta do material hsitoriográfico que consultámos em arquivos e centros de documentação, o qual foi submetido a uma metodologia hermenêutica, com recurso a referências associadas, com a preocupação de realizar uma “reinterpretação incessante com o passado, contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (POLLAK, 1989, p. 8).

Deste modo, realizámos uma análise de conteúdo às fontes (primárias, secundárias), em especial da Colónia (Arquivo Histórico Casa Pia -Centro Cultural Cassapiano, o Anuário e jornal ‘*O Agricultor*’- Órgão Escolar da Colónia Agrícola da Casa Pia de Lisboa, dirigido por César da Silva, entre 1913-18) e outra relacionada com a Casa Pia de Lisboa (BARATA et. al., 2015; PEREIRA & FERREIRA, 1999; RIBEIRO, 2009 e 2011; SOUSA, 2002). O processo heurístico implicou, por um lado, compreender o objeto de estudo no âmbito das instituições para jovens internados como foi a Colónia Agrícola, na base da conceção da sua ‘anormalidade’ e, por outro lado, refletir sobre a governação, instrução, disciplina e processo de reeducação/regeneração para aprenderem ofícios relacionados com a agricultura e setores afins. A natureza documental dependeu do objeto e finalidade da pesquisa que realizamos, para além da contextualização daquela instituição no tempo sociohistórico da época o que nos

Figura 1 - Vista geral sobre a Colónia Agrícola da Casa Pia de Lisboa, em 1912



(Fonte: Arquivo Histórico da Centro Cultural Cassapiano (Ribeiro, 2009, p. 371). permitiu obter informações merecedoras de análise (Figura 1).

O arco histórico abrange o início do séc. XX e período do 1.^a República portuguesa (1910-26), que corresponde ao advento da pedagogia moderna, influenciada pela Escola Nova e estudos sobre a criança/infância e adolescência, cujos fundamentos científicos tiveram influxos em Portugal com criação de dispositivos e serviços e, ainda de instituições (Instituto Médico Pedagógico da Casa Pia, em 1915, sendo diretor Aurélio da Costa Ferreira e o Instituto Médico Pedagógico Florinhas da Rua ou Condessa de Rilvas, em 1917), na base do modelo médico-pedagógico(PEREIRA & FERREIRA, 1999). Lembramos que a Escola Nova ou Movimento Escolanovista assenta na ideia que a educação constitui o fator de construção de uma sociedade democrática, em liberdade e com igualdade de oportunidades. Esta pedagogia que influenciou muitos dos pedagogistas portugueses, incidia no processo de aprendizagem das necessidades e interesses das crianças, propondo métodos e estratégias diversos, valorizando as experiências, a observação, a reflexão e o pensamento crítico e, sobretudo o contacto direto com o ambiente envolvente.

Os pontos da estrutura do texto articulam-se com os objetivos propostos e que são: contextualizar historicamente a Colónia Agrícola como a primeira escola/laboratório de tratamento (medico-pedagógico e terapêutico) de rapazes ‘anormais’ no contexto da educação especial; analisar a estrutura organizativa da instrução ministrada na Colónia; compreender o papel da pedagogia pelo trabalho na reeducação e regeneração dos rapazes internados; analisar a regulação e normatização da disciplina no ambiente institucional da Colónia.

Escola para ‘anormais’ com uma pedagogia especial

Em 1911 o ermitério franciscano do Convento de São Bernardino, com a sua quinta, são cedidos pela Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas à Direcção-Geral de Assistência Pública para nele instalar um asilo (D.G. n.º 253, 30/outubro/1911) (PORTUGAL, 1911), mas o diretor da Casa Pia de Lisboa, Aurélio da Costa Ferreira, que também era responsável por aquela Direção Geral de Assistência Pública intenta pelos meios legais criar nele uma escola para jovens masculinos com problemas mentais e de comportamento irregular, submetidos a uma intervenção reeducativa específica. Assim, a 5 de outubro de 1912 cria-se a Colónia Agrícola de São Bernardino, após alguns arranjos para ser essa ‘Escola de Anormais’ dirigida pelo professor-regente

César da Silva (RIBEIRO, 2011). Aurélio da Costa-Ferreira sentia a necessidade de formar e qualificar profissionais na área da educação especial, propondo um ensino diversificado e prático, de acordo com as características de cada aluno e na base das ideias da Escola Nova. Assim, a Colónia foi um laboratório pedagógico e um sanatório de melhoramento socioeducativo, pois não era só ensinar o ABC aos alunos exigia professores com conhecimentos de pedologia, pedotecnia, higiene escolar, trabalhos manais, ginástica, etc. (PEREIRA & FERREIRA, 1999). Esta preocupação de Costa Ferreira pela pedagogia dos anormais e por uma educação adequada à reabilitação, integração social/escolar, leva-o a criar, não só aquela Colónia, mas também, em 1915, o Instituto Médico Pedagógico da Casa Pia de Lisboa para crianças anormais em moldes asilares, com um corpo docente qualificado (Lucília Carminda Lopes de Santa Clara, Fernando Palyart Pinto Ferreira, José Cruz Filipe e Joaquim Almada) (RIBEIRO, 2009). A Colónia, em sistema de internato (população média de 36 rapazes, com idades entre 14 e 16/18 anos), tinha uma organização baseada na aprendizagem agrícola e oficial (pedagogia pelo trabalho), uma estrutura de governação, instrução e disciplina. Era uma escola no campo e junto ao mar, que encerrava rapazes retardatários com vários problemas cognitivos, físicos e comportamentais, onde eram purificados pela disciplina, pois os seus corpos dóceis e maleáveis podiam ser “transformados, disciplinados e aperfeiçoados” (FOUCAULT, 1999, p.118). De facto, era o local de permanência e trabalho, afastados da influência da sociedade, num quotidiano ritmado pela norma da governação (disciplina) e vida interna na instituição (RIBEIRO, 2011). Ou seja, a organização da Colónia assemelhava-se a uma escola em ambiente familiar, num regime disciplinar e racional que criava hábitos socioeducativos e comportamentais nos internados, através da disciplina e trabalho, pois incutia a “profissão de simples operários rurais, com aspirações, já se entende, a caseiros de grandes propriedades, em virtude do ensinamento técnico e teórico adquirido nas aulas e na prática dos trabalhos” (SILVA, 1913, 5 de maio, p. 8). César da Silva (1913, 5 de novembro, p. 1) pretendia que os alunos ao saírem da Colónia edificassem uma nova identidade de trabalhador rural que deveria “ser instruído para poder juntar, a todo o momento, à prática adquirida com o tempo, a teoria que os livros ensinam”, pois, os conhecimentos adquiridos na vida do campo explicava porque é que a grande maioria dos operários rurais continuavam reféns do analfabetismo e da ignorância e isso deveria ser evitado com uma educação integral.

Após um período de algum sucesso reeducativo, com a inserção dos jovens na mão-de-obra das redondezas (agricultura, oficinas), a Colónia teve uma diminuição na lotação da instituição, associada a reações adversas e críticas locais que implicou a sua reestruturação, sabendo do trabalho de Costa Ferreira à pedagogia dos ‘anormais’ na Casa Pia e Instituto Médico Pedagógico, para integrar crianças ‘atardadas’ e anormais em classes de pares, para além da sua preocupação na formação de professores (SOUSA, 2002). Este médico-pedagogo admitia o desenvolvimento de todas as capacidades do educando deficiente ou ‘anormal’, de acordo com as ideias de Kant e de Pestalozzi, de modo que a “(...) escola se não limitasse a proporcionar a adaptação do jovem ao meio social, mas, pelo contrário, contribuísse para a sua intervenção ativa na vida” (FERNANDES, 1979, p. 36). Após a sua morte, em 1922, os seus sucessores Fernando Palyart Pinto Ferreira e V. Fontes seguiram nessa esteira da pedagogia especial e/ou educação dos deficientes mentais, tendo-se o Instituto Médico-Pedagógico transformado, em 1936, em Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (IAACF), o qual irá impulsar a Educação Especial em Portugal (FRÓIS, 1994).

Estrutura organizacional da instrução - educação integral

Os internados da Colónia provenham de meios sociais e familiares problemáticos e, por isso, havia o cuidado de lhes incutir uma instrução primária e de desenho, que fosse complementar ao ensino oficial. A instrução elementar era rudimentar, uma vez que uma grande parte deles tenham muitas dificuldades no aprender o ABC do saber ler, escrever e contar, pretendendo que adquirissem conhecimentos mínimos necessários à sua formação, regulado pela orientação e programas oficiais, ministrados na Casa Pia de Lisboa. Daí que o ensino tinha uma vertente objetiva e prática, sendo dado pelo professor-regente César Silva, que ensinava várias matérias (história, língua portuguesa, ciências naturais, geografia, trabalhos manuais, desenho, etc.), cuja metodologia de aprendizagem estimulava os internados a adquirirem saberes e a terem experiências práticas de exploração, usando os seus sentidos para aprenderem e desenvolverem as suas habilidades. Cabia ao professor elaborar atividades contextualizadas, envolvendo as experiências dos alunos e proporcionando-lhes o material necessário para que pudessem construir conhecimento e tornar a aprendizagem mais significativa.

Os métodos utilizados na instituição eram individualizados, intensivos e ativos, destacando-se o caso da didática de aprendizagem da leitura e escrita que seguia os métodos vigentes. Os alunos tinham aulas de instrução primária e de desenho lecionadas com persistência pedagógica por César da Silva (1914, 5 de outubro), apesar das suas limitações, dificuldades e distúrbios comportamentais. Nos primeiros dois anos a aula de desenho foi lecionada por Daniel Machado, que cumulativamente assumia a função de fiscal dos trabalhos da Colónia, mas a partir do momento que pediu transferência para a Casa Pia, o diretor assumiu esse encargo educativo (RIBEIRO, 2009).

O ensino da música constituía um elemento reeducativo e/ou regenerador para esses menores, pois o objetivo era habituá-los ao sentido do ritmo, da cadência, das tonalidades da disciplina, motivos que se enquadram na ordem socioeducativa da Colónia. A música criava neles hábitos de desenvolvimento da memória visual e auditiva, de subordinação dos instintos, proporcionando um ambiente de satisfação à aprendizagem, ao trabalho ofício e rural e à vida diária do internato.

Em relação às aulas de trabalhos manuais, elas constituíam um elemento pedagógico e profissional. A instituição possuía espaços e materiais adequados para desenvolver as potencialidades dos alunos, havendo uma articulação entre os trabalhos manuais e o desenho pedagógico, de modo a desenvolver no menor a atenção, a ação, o sentido das atividades. Essas aulas constituíam momentos de observação-ação para o professor-regente e mestres de oficinas. Ou seja, o trabalho manual educativo não só ajudava o jovem a formar-se e a preparar-se para um ofício. Funcionava ainda como ‘centros de interesse’ para os internados, pois estes utilizavam vários materiais (madeira, papelão, papel, gesso, lata, ferro), constituindo uma boa pré-aprendizagem (técnica) para a profissão.

A educação física e/ou ginástica era privilegiada, pois historicamente a Casa Pia de Lisboa foi a pioneira da ginástica nas suas classes para este tipo de menores. Após o conhecimento do método Ling, base da ginástica moderna, introduz-se no País (divulgação por João Gomes de Oliveira, no Porto e Viana de Lemos em Coimbra), apesar de diversas interpretações, segundo o grau de maior importância, dado à ginástica médico-higiénica, à pedagógica ou de aplicação, originou-se as correntes ‘médico-pedagógica’ (técnica portuguesa de ginástica), seguida por muitos dos nossos médicos e pedagogos, ao desenvolvê-la na componente escolar e terapêutica. De facto, o ensino da ginástica, base da

educação integral, constituía a ação moralizadora e reeducativa na Colónia, pois apresentava uma metodologia de educação física, que incluía a música, as marchas, as paradas e formaturas de ginástica ao ar livre, jogos, desportos, futebol, passeios e outras atividades lúdicas e extraescolares. Uma das atividades contempladas era a prática de desporto, tendo em vista a flexibilidade na rotina, pois César da Silva (1914, 5 de outubro) valorizava muito o futebol:

Porém, ver jogar o foot-ball indivíduos que passam os seus dias de enxada na mão ou manejando ferramentas pesadas em trabalhos violentos, isso é uma coisa disparatada e ridícula, que não se deve permitir. Esses do que precisam, nos seus dias de folga, são de divertimentos sossegados, que lhes reparem as forças para o labor quotidiano. (...) Não se tem oposto a gerência da Colónia a que os alunos se entreguem ao jogo do foot-ball, mas não lhe acha senão inconvenientes. Além de não representar vantagem alguma, pois não faltam aos rapazes exercícios com que desenvolvam os músculos, representa um perigo muitas vezes, pois entram no jogo alguns que, por seu natural desastramento, nada se proporcionam para tal diversão. (SILVA, 1914, 5 de outubro, p. 3-4)

As atividades desportivas eram tidas em conta no processo regenerativo e/ou reeducativo dos internados, pelo efeito que tinham na sua formação. Estes executavam as suas atividades cumprindo os horários, de modo a conseguirem o seu rendimento individual e, por isso o quotidiano na Colónia não se restringia às tarefas comunitárias e oficiais, pois contemplava representações de teatro, apesar das “circunstâncias políticas levarem ao seu impedimento” (RIBEIRO, 2011, p. 76). Havia igualmente uma flexibilidade nas rotinas impostas com saídas sociopedagógicas (passeatas à Serra d’el-Rei, provas de vinho nas casas da vizinhança, idas à praia de Peniche) que permitiam momentos repletos de liberdade para os jovens (RIBEIRO, 2011, p. 77).

A pedagogia pelo trabalho na ação de reeducar o rapaz

O trabalho, no sentido pedagógico, era o melhor meio de recuperação e reinserção do menor com problemas mentais. Desde o seu início a Colónia adotou uma pedagogia pelo trabalho, nos moldes de G. Kerschensteiner, que utiliza a interseção do critério da utilidade com o do objetivo educativo, procurando o cruzamento entre o benefício pessoal e o proveito da coletividade. Lembramos que Aurélio da Costa Ferreira e César da Silva era um fervoroso admirador dos princípios e de figuras da Escola Nova e, por isso, a aprendizagem de um ofício

tinha um papel importante na reeducação quando bem orientada. Essa formação e aprendizagem nas oficinas incidia no setor agrícola e/ou industrial, (sapataria, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, funilaria, barbearia, culinária, padaria, serralharia, tipografia e encadernação, etc.), com adequados equipamentos e dirigidos por ‘mestres-oficinas’, que ensinavam e avaliavam o aluno. De facto, esta pedagogia tinha um sentido terapêutico, sendo fulcral na regeneração dos menores na Colónia, pois segundo César Pinto (1916, de 5 outubro) o objetivo consistia em preparar os jovens para serem operários rurais:

animando por esse modo a indústria mãe, a Agricultura, que bem precisa de se desenvolver e aperfeiçoar-se. Não é uma escola agronómica, entenda-se bem, mas somente uma espécie de colmeia, em que se preparam, com os indispensáveis elementos para a vida campestre, trabalhadores agrícolas. (SILVA, 1916, 5 outubro, p. 1).

Aquele propósito justificava a designação da Colónia Agrícola ao pretender formar operários rurais e colocá-los em propriedades da vizinhança. César da Silva (1913, 5 de maio, p. 7) recusava a ideia de formar apenas operários agrícolas e, por isso organizou outras oficinas para futuras saídas profissionais, tais como: serralheiros, ferreiros, carpinteiros civis e de carros, pedreiros e broxantes. Esta perspetiva do professor-regente pretendia que à saída da escolaridade os jovens tivessem uma nova identidade como cidadãos e profissionais, incutindo-lhes o gosto pela profissão unido aos conhecimentos apreendidos na educação integral. Era evidente que todos os trabalhos contribuíam para formação destes jovens, no entanto, para além do seu teor pedagógico, permitiam a sobrevivência económica da Colónia, pois após sete meses do seu arranque esta já se encontrava numa situação preocupante a nível financeiro.

Infelizmente, porém, por carência de meios, as duas oficinas fecharam ou quase, e todos os rapazes se empregam agora em vários trabalhos agrícolas. As oficinas são, pois, indispensáveis e sem elas a Colónia não pode viver. São, porém, caras, nos primeiros tempos, pelo menos, e é preciso atender a essa despesa. Passado algum tempo, porém, o seu custo diminuirá pelo aproveitamento dos trabalhos produzidos. (SILVA, 1913, 5 de maio, p. 8)

As oficinas tiveram no início de 1914 um bom desenvolvimento, havendo grande prosperidade, pois os trabalhos encomendados permitiram pagar os gastos e dar algumas recompensas monetárias com os lucros aos alunos. Em junho esse desenvolvimento oficial incrementou-se com os imensos pedidos de trabalhos, o que implicou melhorar as suas condições:

As oficinas da Colónia têm tomado ultimamente um desenvolvimento enorme e deveras lisonjeiro. Encontra-se em construção uma carroça para um particular, outra já está encomendada e encontram-se aqui duas para concerto. Isto prova que chegou lá fora a notícia da correção com que se fazem os trabalhos na Colónia. É consolador para os mestres das oficinas, verdadeiros autores deste progresso, e para todos os alunos que colaboraram nos trabalhos da Colónia. (SILVA, 1914, 5 de junho, p. 2).

A abundância de reparos e consertos diversos para fora em utensílios de vária índole, em ferramentas agrícolas, rodas para os referidos veículos, ferragens de carroças e carros, portas para fornos, consertos em espingardas, mobílias, panelas, etc., valorizaram economicamente a Colónia, para além reconhecimento do bom trabalho feito (RIBEIRO, 2009, p. 126). Ora o volume de encomendas de produtos feitos de origem, mais difíceis, como charretes, portões de ferro, carroças, altares, entre outros, sendo um motivo de orgulho para todos implicou um melhor aperfeiçoamento da aprendizagem oficina (SOUSA, 2002). Contudo, a pedagogia imposta na aprendizagem pretendia formar operários capazes e apreciados pelos patrões e, simultaneamente regenerar esses alunos:

a maioria dos que foram aplicados ao trabalho, quer rural, quer profissional, em pouco tempo começaram a dar claro indício de regeneração. Primeiramente, eram remissos para o labor, e insofridos a qualquer reflexão, mas, convencendo-se da inutilidade de reagirem, trataram de se emendar, entrando no bom caminho. (SILVA, 1913, 5 de maio, p. 6).

Esta pedagogia nas oficinas conseguia utilidade financeira, operários eficientes e prezados no exterior, para além de acompanhar o processo de recuperação dos alunos:

a maioria dos que foram aplicados ao trabalho, quer rural, quer profissional, em pouco tempo começaram a dar claro indício de regeneração. Primeiramente, eram remissos para o labor, e insofridos a qualquer reflexão, mas, convencendo-se da inutilidade de reagirem, trataram de se emendar, entrando no bom caminho” (SILVA, 1913, 5 de maio, p. 6).

Este trabalho orientador com rapazes problemáticos e resistentes em aprender nesta “casa de morigeração de rapazes incorrigíveis”, para além de provocarem indisciplina nas aulas, era um dos êmbolos do projeto inovador e pedagógico de formação assente numa organização institucional adequada às características de inclusão, que fez converter a Colónia numa ‘escola e laboratório’ de reeducação/regeneração de ‘anormais’ do género irrequieto e difíceis de domar (SILVA, 1918, 5 de outubro, 1-2). Desenvolveu-se o apreço pelo trabalho

manual, como elemento pedagógico, valorizando-se a educação integral necessária à inserção na vida da sociedade, de modo a livrá-los de possíveis desviação no futuro. Ou seja, a subsistência dos alunos foi o mais adjacente que se conseguiu estar semelhante a uma escola nova com inovação, já que a sua proveniência era de classes sociais baixas e vulneráveis, sem frequentarem a escola ou serem retardados no seu processo escolar (SILVA, 1917, 5 de outubro). Assim, a Colónia foi um projeto planificado às necessidades destes jovens, disponibilizando-lhes cuidados/apoios especiais, apropriados à sua condição física e intelectual (RIBEIRO, 2011).

Por conseguinte, dentro dos muros da Colónia a vida decorria dentro da normalidade, pois os jovens trabalhavam, brincavam, descansavam, sob a vigilância do seu regente. Tinham horários a cumprir com atividades em grupo e a escala de trabalho no campo e nas oficinas, para além de assistirem à noite às aulas. De referir que havia uma aula de dia com os jovens linfáticos e outros que aparentavam ser mais fracos, contribuindo nas tarefas mais leves (como por exemplo, os trabalhos da cozinha) (SILVA, 1913, 5 de novembro, p. 3).

Normatização da disciplina no ambiente institucional

A Colónia possuía um bom clima socioeducativo incutindo nos jovens valores e virtudes ético-morais e cívicas, de maneira a promover-lhes a lealdade e respeito, sobretudo com os dirigentes/empregados. No entanto, havia a ocultação de pequenos delitos e certo clima de desconfiança, que contribuía para um cenário de tensões entre os alunos e a governação. Este regime de internato obrigava a uma grande proximidade ao grupo, muito heterogéneo, com diferenças e vivências individuais diferentes, mas promovia-se a convivência diária. Contudo, era normal nesse ambiente surgirem desordens/brigas, roubos ou apropriação do alheio, desrespeito e insubordinação, incumprimento de tarefas, relações sociais impostas ou forçadas, promiscuidades, etc., que eram indícios de focos de contaminação, muito devido a ser uma instituição total (RIBEIRO, 2011). A ação pedagógica passava por incutir hábitos de disciplina, de modo a tornar mais governável o internato para além de fomentar a “*harmonia nas relações entre o pessoal, regularidade nos trabalhos a executar e a ordem de todos os serviços*” (SILVA, 1915, 5 de agosto, p. 3).

Os castigos eram ajustados pela ação e instinto do Professor-Regente, o qual preferia um clima de intimidação e vigilância contínua, tentando evitar as más condutas, considerando que a simples advertência seria o mais adequado. Quando os alunos se mostravam obedientes e acatavam as regras a gerência da Colónia “*embora rigorosa, [teria] o maior prazer em se manifestar benévolamente com os alunos e em lhes proporcionar todas as regalias possíveis*” (SILVA, 1914, 5 de julho, p. 3). Ou seja, a arte de punir não apontava nem à pena, nem à coibição (FOUCAULT, 2013). A estratégia interventiva relacionava comportamentos e atos, individuais a um conjunto, que constituíam concomitantemente um quadro de confrontação, de delimitação e começo de uma regra a obedecer. César da Silva (1914, 5 de maio, p. 4) atuava na base de dois princípios: a execução de “*horários uniformes e permanentes*” no ensino ajudava a ter os alunos distribuídos por tempos letivos, sob o respetivo controlo e vigilância; a subtileza de deteção e diagnóstico das diferentes “*necessidades com respeito ao ensino, necessidades que nascem ou de uma maior ou menor aptidão das crianças para umas dadas disciplinas*”. Era importante que o aluno entendesse o seu percurso/trajetória formativa na Colónia, com a finalidade de o regenerar (RIBEIRO, 2011).

A distinção e a bonificação eram a outra face da moeda, relativamente ao funcionamento e organização do internato. A variedade de prémios e a sua hierarquia, assim como a dos castigos, auxiliavam a distinguir os indivíduos, a libertá-los, no exercício dos seus cumprimentos. A visibilidade do prémio, capaz de motivar e inspirar a regeneração, superava a do castigo. Esta forma pedagógica de controlo e disciplina é referida no jornal *O Agricultor*:

Tem tido, sempre, *O Agricultor*, nortear-se por este critério, o cuidado de elogiar todos os rapazes que nas oficinas ou nos trabalhos de campo se têm distinguido, sem jamais publicar, como era natural, o avesso desses elogios, isto é, a indicação das faltas cometidas pelos maus e a nota dos castigos que por suas malfeitorias têm recebido. (SILVA, 1914, 5 de maio, p. 3).

De facto, os alunos permaneciam até aos 18 anos, sendo uma exceção os que lá ficavam. A sua permanência podia ser passar de aluno para empregado ou por outro lado, para aqueles que não queriam ou não conseguiam uma colocação fora da instituição, constituindo-se numa alternativa voluntária. Os rapazes tinham o seu uniforme, que acentuava a sua identidade de membro da Colónia, num sentimento de pertença que era reconhecido por quem os observava e controlava (RIBEIRO, 2011, p. 77). Impedia-se as contantes alterações que os

jovens intentavam fazer ao modelo genérico do uniforme, permitindo-se apenas algumas cedências com o objetivo de promover a solidariedade do grupo.

O Regulamento da Casa Pia de Lisboa proibia que os alunos usassem peças de vestuário estranhas ao uniforme, mas na Colónia Agrícola, atendendo às circunstâncias climáticas e, principalmente, “*ao facto de todos os rapazes (...) produzirem trabalho aproveitável para a casa*” (SILVA, 1915, 5 de fevereiro, 3), entendeu-se desatender essa regra e os alunos tinham autorização para usar camisolas interiores ou exteriores durante o inverno:

Havia, porém, uma desigualdade que preocupava a gerência da Colónia: era terem uns esses abafos e outros não, consoante possuírem, ou não, dinheiro para os adquirirem. No começo deste mês, as coisas regularizaram-se a contento de todos. Realizou-se uma compra de camisolas em quantidade suficiente para que todos ficassem com duas. Foi a compra feita, em parte com dinheiro abonado pelos alunos que o tinham e o resto foi tirado da caixa das gratificações, isto é, do dinheiro que resulta da percentagem das vendas e que equitativamente se distribui no fim dos meses aos alunos. (...). Valha-nos, ao menos, para suavizarmos o desterro em que vivemos, uma boa camaradagem. (SILVA, 1915, p. 3-4).

Efetivamente, a atitude firme de César da Silva na Colónia evitou que ela se transformasse numa instituição correcional, igual a muitas que subsistiam no país (casas de correção), não tendo o carácter ousado de ensaio duma escola de anormais (RUFINO, 2004). Neste sentido o jornal ‘*O Agricultor*’ teve um enorme papel nessa formação dos alunos, na sua convivência e relações, para além de servir de divulgação da vida sociopedagógica da Colónia.

Conclusões

A Colónia Agrícola de S. Bernardino foi a primeira experiência pedagógica do género para jovens anormais em Portugal, em que a intervenção não se reduzia a uma escola agrícola, mas sim a uma escola/laboratório de ‘anormais’ com denominadores comuns no diagnóstico dos alunos. Foi o tato do professor-regente César Silva e do Diretor da Casa Pia, Aurélio da Costa Ferreira, que deram resposta aos comportamentos desviantes, às dificuldades e/ou problemas de aprendizagem desses alunos provenientes da Casa Pia de Lisboa, promovendo “O carácter inovador desta instituição para a época deve-se sobretudo à sinalização de necessidades educativas especiais e a tentativa de criar uma escola que

responda e acolha a sua ‘anormalidade’, nas imediações da natureza” (RIBEIRO, 2009, p. 193). Essa pedagogia dos ‘anormais’ permitia abordar:

“A questão dos atrasados mentais, dos anormais profundos, deu à colaboração médico-pedagógica um valor incontestável. Costa Ferreira é, sem dúvida, a presença mais visível no campo da médico-pedagogia, aspeto que acaba por explicar e justificar o momento da criação da Colónia Agrícola e do Instituto Médico-Pedagógico. Trata-se de laboratórios onde se experimentam os métodos recentemente importados do estrangeiro” (RIBEIRO, 2009, p. 220).

É verdade que a existência da Colónia foi muito efémera, pois a finais de 1917 houve várias diligências para desocupar as instalações, muito devido a que a população de Peniche era contra a publicação da lei sobre a separação da Igreja do Estado. Ora este fanatismo religioso era do conhecimento do responsável da instituição, o que justificava a sua posição face às iminências de assalto à Colónia. César da Silva menosprezou as polémicas que envolviam a Direção da Casa Pia, a Colónia Agrícola, o Ministério do Interior, a Comissão dos Bens das Extintas Congregações Religiosas e a imprensa (artigos no jornal *O Mundo*), removendo a influência religiosa na Colónia, como seja a desmontagem da igreja do edifício, sendo o material e as madeiras aproveitadas nas oficinas de carpintaria, pois a “carência de instalações adequadas às necessidades dos seus utentes encontra resposta no espaço ocupado pela fé” (RIBEIRO, 2009, p. 179). Este conflito foi amenizado com o tempo e os trabalhos foram realizados na Colónia.

Os alunos sempre foram muito apreciados pelos patrões das redondezas que lamentavam a escassez de empregados com essa formação. Mas as oficinas produziram uma paragem, não pela falta de procura, mas da falta de acessibilidades no inverno, o que colocava em causa o funcionamento do internado, uma vez que estava isolado e com escassez de bens essenciais para uma boa governação. Esta situação agravou-se com a crise económica da Colónia, que obrigou ao fecho das oficinas, para além das escassas relações com a população local, pois ao desmantelar a igreja, restava na localidade apenas outra igreja. Toda esta contextualização deu lugar ao descontentamento, tendo sido expedidos um telegrama e ofícios a dar conta desta situação à Direção da Casa Pia de Lisboa. Costa Ferreira incentivou César da Silva com a promessa de transferir a Colónia para outro lugar, mas não se efetivou e, assim agravou-se o assédio à instituição, que só cessou com o cerco da epidemia na época, onde a Colónia respondeu às necessidades e às desgraças causadas à população.

Em 1916, Costa Ferreira tinha consciência dessas dificuldades estruturais, das obras necessárias, da dificuldade nos acessos, da má relação com a população, da diminuição dos jovens e da ação de contestação da propriedade do edifício (RIBEIRO, 2009). A solução encontrada foi cortar nas admissões de alunos para intentar colmatar algumas dessas dificuldades, o que apenas agonizou a situação. Assim, Costa Ferreira pede ao Refúgio da Assistência Pública um acordo de transferência da Colónia para Belém (Lisboa) e a entrega do Convento de S. Bernardino à Assistência Pública, contudo, em outubro de 1918, a Casa Pia coloca a Colónia à disposição da Provedoria de Assistência. César da Silva continuava a manter a Colónia com 20 alunos e 11 empregados, mas o acordo estabelecido implicou o seu encerramento, com a visita do Provedor da Assistência Dr. Pais Abranches, provocando o seu regresso à Casa Pia, a enfermeira transfere-se para outra instituição, os empregados dispensados e os rapazes ingressam no Asilo D. Maria Pia da Casa Pia, dos quais “quatro ou cinco sabiam ler e escrever e porque já o sabiam antes de ir para a Colónia, indo alguns com doenças contagiosas no couro cabeludo” (RIBEIRO, 2009, p. 191).

Em 1920, a Provedoria da Assistência instala naquele convento a Escola Agrícola de Pesca (internato) para menores em perigo moral, provenientes dos Refúgios, mas um ano mais tarde passa para a Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas por não ter a Direcção-Geral da Assistência Pública cumprido o fim referido. Retoma-se o processo litigioso do direito de propriedade sobre o Convento (oriundo de 1913 por José David Gonçalves) e, em 1927, cede-se antigo convento ao Ministério da Justiça (Dec. Lei n.º 13008, 7/01/1927), para nele instalar a Colónia Correcional São Bernardino (sexo feminino), provocando “uma radical transformação geral do edifício respeitando as suas linhas arquiteturais” (SILVA, 1995, p. 192). Em 1962, com a Organização Tutelar de Menores designa-se Instituto de Reeducação de São Bernardino e, depois com a Lei Tutelar Educativa, a finais da década de 70, passa a chamar-se Centro Educativo de São Bernardino reorganizado em 3 regimes de internamento: aberto, semiaberto e fechado. Ou seja, a Colónia Agrícola nos escassos 6 anos de existência foi um projeto de escola para anormais, que serviu de base, mais tarde, para outras instituições de educação especial (FRÓIS, 1994).

Bibliografia de Consulta

BARATA, V. (coord.); FANGUEIRO, C.; LOURO, J.; BARATA, V.; ALVES, S. **Espelho Com Memória. 235 anos da Casa Pia de Lisboa.** Lisboa: Edição da Casa Pia de Lisboa, 2015

FERNANDES, R. **A Pedagogia portuguesa Contemporânea.** Lisboa: Gráfica Liv. Bertrand, 1979.

FERREIRA, M^a Manuela Martinho. **Salvar corpos, forjar a razão** (Contributo para uma análise crítica da criança e infância como construção social em Portugal 1880-1940). Lisboa: I.I.E., 2000

FONSECA, Joaquim Augusto Ferreira da. **Estudos médico-sociais sobre proteção a menores anormais e delinquentes.** Lisboa: Tip. Reformatório Central de Lisboa, 1930

FONTES, Victor. **Crianças anormais.** Lisboa: Livraria Férin, 1933

FOUCAULT, M. **Les anormaux.** Cours de Collège de France (1974-75). Paris: Gallimard, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Nascimento da prisão (trad. Pedro Elói Duarte). Lisboa: Edições 70, 2018

FRÓIS, João Pedro. **Contributo para a História da Educação dos Deficientes Mentais em Portugal:** Os primeiros oitenta anos do seu desenvolvimento (1890/1970). Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa: UTl/FMH, 1994

OLIVEIRA, Augusto de. **Proteção Moral e Jurídica à Infância.** Lisboa: Typ. Reformatório Central de Lisboa 'Padre António d'Oliveira', 1929

PEREIRA, J. Augusto & FERREIRA, A. Gomes. **Aurélio da Costa Ferreira.** Um Educador na Primeira República. Lisboa: Edição Casa Pia de Lisboa, 1999

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTUGAL. **LPI-Lei de Proteção à Infância**, 27 de maio de 1911 (D.G. nº 137, 14 de junho/1911). Lisboa: Imprensa Nacional, 1911

PORTUGAL. **Ministério da Justiça –Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas** – Dec. Lei 28/10/1911 cedendo à Direção-Geral da Assistência edifícios dos extintos conventos (D.G. nº 253, de 30/10/1911). Lisboa: Imprensa Nacional, 1911

RIBEIRO, C. P. **Os Outros. A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença.** Tese Doutoramento em História - Faculdade de Letras da Univ. do Porto. Porto: UPorto, 2009

RIBEIRO, C. P. A Colónia de S. Bernardino: Retrato de uma instituição total. **Revista de Educação**, Vol. XVIII, nº2, p. 65-83, 2011

SILVA, César da. Considerações a respeito da Colónia Agrícola de S. Bernardino. **O Agricultor**, nº 1, p. 6-8, 5 de maio, 1913

SILVA, César da. A vida Rural. **O Agricultor**, nº 2, p. 1 e 3, 5 novembro, 1913

- SILVA, César da. O Operário Rural. **O Agricultor**, nº3, p. 1 e 3, 5 dezembro, 1913
- SILVA, César da. Prémios e Castigos. **O Agricultor**, nº 7, p. 3 e 4, 5 maio, 1914
- SILVA, César da. Principais trabalhos realizados nas oficinas e obras da Colónia. **O Agricultor**, nº8, p. 2, 5 de junho, 1914
- SILVA, César da. Acontecimentos mais importantes. **O Agricultor**, nº9, p. 3, 5 de julho, 1914
- SILVA, César da. Educação Moderna. **O Agricultor**, nº 12, 3 e 4, 5 outubro, 1914
- SILVA, César da. As camisolas. **O Agricultor**, nº 16, p. 3 e 4, 5 fevereiro, 1915
- SILVA, César da. Respeito aos empregados. **O Agricultor**, nº 22, p. 3-4, 5 agosto, 1915
- SILVA, César da. Cinco de Outubro. **O Agricultor**, nº 36, p. 1 e 2, 5 outubro, 1916
- SILVA, César da. Cinco de Outubro. **O Agricultor**, nº 48, p. 1 e 2, 5 outubro, 1917
- SILVA, César da. **O Agricultor** –Órgão Escolar da Colónia Agrícola da Casa Pia de Lisboa. São Bernardino/Peniche: Tipografia da Colónia, 1913-1918
- SILVA, M. Ferreira da. **Os Conventos também se convertem**. Porto: Asa, 1995
- SOUSA, M^a Teresa Farto Faria de. **Contributos para a história do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2002